



CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1662 - Fone/Fax: (19) 3561.2811

Estado de São Paulo

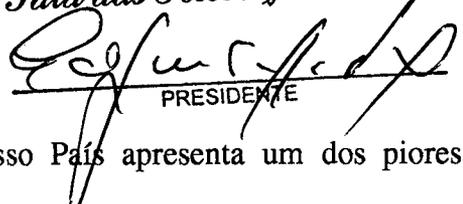
E-mail: camara@lancernet.com.br

Site: www.camarapirassununga.sp.gov.br/

INDICAÇÃO

Nº 77/2006

ENCAMINHE-SE AO SENHOR
PREFEITO MUNICIPAL

Sala das Sessões, 13/03/06

PRESIDENTE

Considerando que, infelizmente, nosso País apresenta um dos piores índices de saúde bucal do mundo;

Considerando que para transpor tais índices, o Ministério da Saúde criou, há alguns anos, o “Programa Brasil Sorridente”, visando, ainda, a redução das desigualdades e inclusão social;

Considerando que referida política de saúde bucal, no âmbito da assistência, busca a ampliação e qualificação da atenção básica, de forma a possibilitar o acesso aos diversos serviços de saúde bucal;

Considerando que, concretamente, o programa objetiva a viabilização da adição de fluor nas estações de tratamento de água e reorganização da Atenção Básica por meio da “Estratégia Saúde da Família” e a reorganização da Atenção Especializada através da implantação de Centro de Especialidades Odontológicas e de Laboratórios Regionais de Próteses Dentárias;

Considerando que nosso Município poderia se beneficiar com este investimento federal, promovendo a saúde bucal de nossa população, consoante dados do programa em anexo;

Nestas condições, **INDICO** ao Senhor Prefeito Municipal, pelos meios regimentais, verifique juntamente com a Secretaria Municipal de Saúde, a possibilidade de implantar em nosso Município o “Programa Brasil Sorridente”, ampliando o atendimento odontológico da população.

Sala das Sessões, 13 de março de 2006.


Cristina Aparecida Batista
Vereadora

Brasil Sorridente.

Na última década, o Brasil avançou muito na prevenção e no controle da cárie em crianças. Contudo, a situação de adolescentes, adultos e idosos está entre as piores do mundo. E mesmo entre as crianças, problemas gengivais e dificuldades para conseguir atendimento odontológico persistem. Para mudar esse quadro, o governo federal criou a política Brasil sorridente, que reúne uma série de ações em saúde bucal, voltadas para cidadãos de todas as idades.

Pela primeira vez o Governo Federal criou uma política de saúde bucal para a população. Isso se deve ao comprometimento do governo com a redução das desigualdades e com a construção de uma política de inclusão social.

Até o lançamento do Brasil Sorridente em 17 de março de 2004, apenas 3,3% dos atendimentos odontológicos feito no SUS correspondiam a tratamentos especializados. A quase totalidade era de procedimentos mais simples, como extração dentária, restauração, pequenas cirurgias, aplicação de flúor.

Nesse sentido, a Política Brasil Sorridente propõe garantir as ações de promoção, prevenção e recuperação da saúde bucal dos brasileiros, entendendo que esta é fundamental para a saúde geral e a qualidade de vida da população. Ela está articulada a outras políticas de saúde e demais políticas públicas, de acordo com os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS).

No âmbito da assistência, as diretrizes da Política Brasil Sorridente apontam, fundamentalmente, para a ampliação e qualificação da atenção básica, possibilitando o acesso a todas as faixas etárias e a oferta de mais serviços, assegurando atendimentos nos níveis secundário e terciário de modo a buscar a integralidade da atenção, além da equidade e a universalização do acesso às ações e serviços públicos de saúde bucal.

A Política Nacional de Saúde Bucal apresenta, como principais linhas de ação, a viabilização da adição de flúor a estações de tratamento de águas de abastecimento público, a reorganização da Atenção Básica (especialmente por meio da Estratégia Saúde da Família) e da Atenção Especializada (através, principalmente, da implantação de Centros de Especialidades Odontológicas e Laboratórios Regionais de Próteses Dentárias).

O Brasil Sorridente receberá até o final de 2006, investimentos de mais de R\$ 1,3 bilhão. Em 2003, foram investidos cerca de R\$90 milhões em incentivos para a saúde bucal no saúde da Família, superando em R\$40 milhões os investimentos do ano anterior. Ainda em 2004, o relatório do Tribunal de Contas da União apontou um crescimento de 45% nos atendimentos realizados, fato jamais registrado anteriormente. Em 2005, os recursos chegam a mais de R\$400 milhões.

Centros de Especialidades.

de Estabelecimentos de Saúde - CNES, classificadas como Clínica Especializada ou Centros de Especialidades Odontológicas são unidades de saúde, participantes do Cadastro nacional Ambulatório de Especialidade. Os Centros de especialidades Odontológicas estão preparados para oferecer à população, no mínimo , os seguintes serviços:

- Diagnóstico bucal, com ênfase no diagnóstico e detecção do câncer de boca.
- Periodontia especializada
- Cirurgia oral menor dos tecidos moles e duros
- Endodontia
- Atendimento a portadores de necessidades especiais

Os centros são uma das frentes de atuação do Brasil Sorridente. O tratamento oferecido nos Centros de Especialidades Odontológicas é uma continuidade do trabalho realizado pela rede de atenção básica e no caso dos municípios que estão na Estratégia Saúde da Família, pelas equipes de saúde bucal.

Os profissionais da atenção básica são responsáveis pelo primeiro atendimento ao paciente e pelo encaminhamento aos centros especializados apenas casos mais complexos.

Cada Centro de Especialidade Odontológicas credenciado passa a receber recursos do Ministério da saúde, de acordo com o que está definido pela Portaria MS nº 1.571 de 29 de julho de 2004. A implantação de Centros de especialidades funciona por meio de parceria entre estados, municípios e o governo federal, isto é o Ministério da Saúde faz o repasse de uma parte dos recursos e Estados e municípios contribuem cada um com outra parcela.

De acordo com as Portarias N.º1.063/GM de 04 de julho de 2005 que revoga a Portaria N.º1.570/GM e define critérios, normas e requisitos para implantação e credenciamento de Centros de Especialidades Odontológicas e a Portaria N.º1.069/GM que institui o financiamento dos Centros de Especialidades Odontológicas, para os CEOs tipo I, aqueles com três cadeiras odontológicas, são destinados mensalmente R\$ 6,6mil para custeio, além de R\$ 40 mil em parcela única, correspondentes a custos com reformas , ampliação do espaço físico e aquisição de equipamentos. Para os CEOs tipo II, com quatro ou mais cadeiras, os valores mensais são de R\$ 8,8 mil e R\$ 50mil, respectivamente e os CEOs tipo III possuem mínimo de 7 cadeiras, recurso de implantação R\$ 80mil reais e recurso de custeio no valor de

Além da implantação de CEOs , há também a implantação de Laboratórios Regionais de Prótese Dentária – LRPD – que são unidades próprias do município ou unidades terceirizadas credenciadas para confecção de próteses totais ou próteses parciais removíveis.

Ao lado do câncer de boca, a ausência de dentes é um dos mais graves problemas da saúde bucal no Brasil. Hoje 75% dos idosos são desdentados. Entre adultos com idade de 30 a 44 anos esse índice é de 30%. O Ministério da Saúde registra, ainda, um total de 5 mil adolescentes desdentados sem prótese na boca. Estima-se que 8 milhões de pessoa precisam de prótese dentária no país.

Serão implantados aproximadamente 400 Centros de Especialidades Odontológicas – CEOs – e 400 Laboratórios regionais de Prótese Dentária, distribuídos em todo o país. O Ministério da Saúde encerrou o ano de 2004 com 100 unidades em 53 municípios e 16 estados e no Distrito Federal, cumprindo a meta prevista para o ano. Cada LRPD precisa produzir, no mínimo, 48 próteses totais por mês e, no máximo 242, recebendo R\$ 30,00 por cada prótese confeccionada. No caso das próteses parciais removíveis a quantidade mínima é de 40 peças, recebendo R\$ 40,00 por unidade. Estes recursos são repassados diretamente do Ministério da Saúde para os municípios ou estados que possuem laboratórios credenciados não comprometendo seus recursos de saúde já existentes, ou seja, recursos extra teto.

Foram gerados desde dezembro de 2002, 10mil novos empregos para cirurgiões- dentistas, auxiliares de consultório, técnicos em higiene dental, além de técnicos em prótese dentária e pessoal da área administrativa. Até o final de 2006, serão gerados mais de 16 mil empregos diretos.

Saúde da Família

Estratégia de Saúde da Família, chegando a um total de 12.602 ESB (um aumento de mais de 195% no número de equipes) atuando em 3.896 municípios.

Houve De dezembro de 2002 até dezembro de 2005 foram implantadas 8.341 novas Equipes de Saúde Bucal (ESB) na neste período um acréscimo na cobertura populacional das ESB de mais de 33 milhões de pessoas, totalizando mais de 59 milhões de pessoas cobertas por estas equipes. Para alcançar esta evolução no número de ESB, os valores dos incentivos federais foram reajustados em aproximadamente 65%. A meta para este ano é alcançar um total de 13 mil ESB atuando no país.

Em março de 2005, já se verificava acréscimo de mais de 121% no número de equipes de saúde bucal, em comparação com dezembro de 2002. Esse incremento elevou a cobertura populacional de 26 para mais de 49 milhões de pessoas. Com o Brasil Sorridente, o objetivo é alcançar 13 mil equipes até o final de 2005.

A política Brasil Sorridente aumentou o valor dos incentivos repassados para as equipes de saúde bucal do Saúde da Família. Agora, as equipes de saúde bucal modalidade I, compostas por 01 auxiliar de consultório dentário (ACD) e 01 cirurgião- dentista(CD), recebem R\$ 20,4 mil ao ano (reajuste de 59,6%) e as da modalidade II, composta por 01 ACD,01 CD e 01 técnico de higiene dental (THD), R\$ 26,4 mil também ao ano (aumento de 65%). As equipes também passaram a receber, além do incentivo de R\$ 5 mil para a compra de equipamentos odontológicos, o adicional de R\$ 1 mil para a compra de materiais clínicos de prótese dentária. As equipes da modalidade II recebem, ainda, cadeira e acessórios odontológicos para uso do técnico em higiene dental.

Existe hoje no Ministério da Saúde um mecanismo de avaliação para a melhoria da qualidade na Saúde da Família, denominada Avaliação para Melhoria da Qualidade - Qualificação da Estratégia Saúde da Família, à qual os gestores municipais deverão aderir de maneira voluntária e participativa e está disponível no site www.saude.gov.br/saudedafamilia . Tal proposta tem por objetivo avaliar os níveis de qualidade, os avanços alcançados e impulsionar a melhoria contínua da qualidade da gestão, dos serviços e das práticas de saúde no âmbito da Saúde da Família. Possibilita ainda, a identificação dos estágios de desenvolvimento, dos aspectos críticos da estratégia e a resolução dos problemas verificados, segundo o modelo proposto para esse nível de atenção.

Outras Ações.

- **SB Brasil : Levantamento das condições de saúde bucal da população brasileira**

O SB Brasil, o maior e mais amplo levantamento em saúde bucal já feito em no país, foi finalizado em 2003. Reuniu, ao todo, informações de mais de 100 mil exames, realizados em todas as regiões do país, e mapeou a saúde bucal do povo brasileiro. Os dados dessa pesquisa orientam a condução das ações do Brasil Sorridente.

- **Fluoretação:**

Entende-se que o acesso à água tratada e fluoretada é fundamental para as condições de saúde da população. Assim, viabilizar políticas públicas que garantam a implantação da fluoretação das águas, ampliação do programa aos municípios com sistemas de tratamento é a forma mais abrangente e socialmente justa de acesso ao flúor. Neste sentido, desenvolver ações intersetoriais para ampliar a fluoretação das águas no Brasil é uma prioridade, garantindo-se continuidade e teores adequados nos termos da Lei N.º 6.050, de 24 de maio de 1974, e normas complementares, com a criação e/ou desenvolvimento de sistemas de vigilância compatíveis.

Até o mês de junho de 2005 foram implantados 121 novos sistemas de fluoretação da água de abastecimento público, abrangendo 6 Estados e beneficiando cerca de 500 mil pessoas. Outros 430 projetos técnicos estão em análise, o que beneficiará cerca de 6 milhões de brasileiros. Este processo está sendo viabilizado através de ação conjunta com a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) e mediante convênios com as Secretarias Estaduais de Saúde.

- **Formação e atualização científica de trabalhadores em saúde bucal:**

Outra meta da política nacional de saúde bucal é assegurar treinamentos para a atualização científica e tecnológica de mais de 40 mil profissionais de saúde bucal , entre auxiliares e técnicos. Nessa estratégia de educação permanente em saúde , os conteúdos dos cursos e atividades pedagógicas contemplam dos princípios do SUS às mais modernas técnicas de assistência odontológicas.

- **Pesquisa em saúde bucal coletiva :**

O Ministério da Saúde destinou R\$ 1 milhão para pesquisa em saúde bucal coletiva em 2004. Essa iniciativa tem o objetivo de expandir a produção do conhecimento básico aplicado em saúde bucal, contribuindo para o desenvolvimento de ações públicas voltadas para a melhoria das condições de saúde e para a superação das desigualdades. E atende a uma antiga reivindicação dos pesquisadores odontológicos que, a partir de agora, vêm tendo o apoio efetivo do Ministério da Saúde para construir os conhecimentos que o Brasil precisa nesta área.

Pirassununga, 06 de março de 2006.

Projeto Brasil Sorridente .

Brasil Sorridente.

Centros Especializados.

Saúde da Família.

Outras Ações.

Atenciosamente.

Rodrigo Silveira Landgraf.

Técnico em Prótese Dentária.

Especializado em prótese total, e parcial removível

Caracterizada.

Fone: 3561- 8671.

e-mail: rodrigolandgraf@hotmail.com